

Turismo no interior potiguar: investimentos públicos nas regiões turísticas Agreste/Trairi e Seridó

Rodrigo Cardoso da Silva¹

Maria Aparecida Pontes da Fonseca²

Resumo: A temática central deste artigo é os investimentos públicos realizados nos municípios do interior do estado do Rio Grande do Norte, e que estão inseridos em regiões turísticas. Dessa forma, faz-se uma análise dos usos e aplicações dos recursos públicos em prol do turismo na perspectiva da interiorização. O objetivo do presente estudo é avaliar como os recursos públicos têm sido investidos nos municípios englobados nos polos (regiões) turísticos do interior potiguar. O processo metodológico foi dividido em duas partes: uma quantitativa que se refere ao levantamento no portal da transparência pública de todos os convênios e repasses realizados para os 33 municípios das Regiões Seridó e Agreste/Trairi e outra qualitativa realizadas através de entrevistas semiestruturadas com representantes municipais de turismo. Os resultados apontam má utilização dos recursos públicos e um amadorismo na gestão municipal da pasta de turismo de forma asseverada. Conclui-se que a maior parte dos recursos é destinada a municípios com representação política no sentido de número de eleitores, ou seja, representatividade eleitoral. Não há critérios de fundamento técnico ou potencial desenvolvido pelo o Ministério do Turismo, que sirva como parâmetro de escolha para alocação racional dos recursos públicos na maior parte dos repasses e convênios.

Palavras-chave: Programa de Regionalização do Turismo. Interiorização. Investimentos públicos. Regiões turísticas. Seridó. Agreste/Trairi.

Introdução

Nas duas últimas décadas observa-se um período de intenção mudança no cenário nacional principalmente no campo das políticas públicas de turismo. Foi nesse período que o Estado contemporâneo passou a enfrentar a problemática da implementação do turismo a nível nacional através da criação do Ministério do Turismo (Mtur) e elaboração, dos Planos Nacionais de Turismo (PNT) (2003, 2007 e 2013), na incumbência de incentivar o desenvolvimento do país por meio da atividade turística.

Nessa perspectiva, o setor de turismo vem se pautando no discurso político como uma atividade capaz de distribuir renda e criar emprego, construído o entendimento de um signo desenvolvimentista (CORIOLANO, 2005). Assim sendo, os PNTs ainda tecem alguns pontos como objetivos norteadores, tais como: aumentar a oferta de produtos turísticos com essência brasileira (autenticidade), internacionalização, e por fim interiorização do turismo – uma tentativa de diversificar a oferta, para além do binômio sol e mar.

Diante do exposto, tem-se como problemática central que norteia esse estudo, o seguinte questionamento: como estão alocados os investimentos públicos realizados nos municípios pertencentes às regiões turísticas Agreste/Trairi e Seridó advindos do Mtur? Elucida-se que se estabelece como questionamento subjacente, a seguinte pergunta: de que

¹ Bacharel e Mestre em Turismo. Atualmente Professor Substituto da UFRN. E-mail: drigorcs@hotmail.com

² Doutora em Geografia. PPGTUR/UFRN. E-mail: mariapontes@ufrnet.br

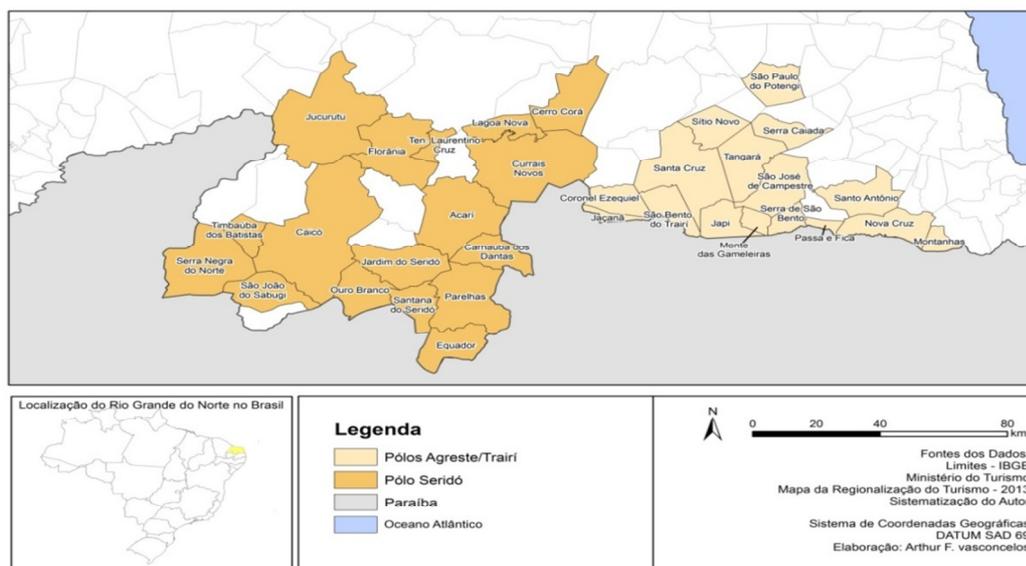
maneira estão sendo aplicados estes recursos para implementar o turismo nos municípios que compõem tais regiões? E por fim, quais os entraves para conseguir investimentos para municípios aglomerados em regiões de turismo? Assevera-se que ambas as regiões estão localizadas no interior do Estado do RN.

O objetiva-se avaliar como os recursos públicos têm sido investidos nos municípios englobados nos polos (regiões) turísticos do interior potiguar. Recursos públicos estes advindo da esfera federal para os municípios integrados em regiões turísticas.

A principal base de dados utilizada para este estudo foi o Portal da Transparência, onde foram apurados todos os repasses feitos para os municípios aglomerados nas regiões enfocadas. O recorte transversal da pesquisa é de 2004 a 2014, e tal ação se justifica pelo o fato deste período ser o início do período de atuação do Mtur, bem como de implementação das regiões de turismo no Estado.

A análise deste estudo engloba 33 municípios, que podem ser visualizados no Mapa 1, a seguir:

Mapa 1: Recorte da Pesquisa



Esta pesquisa também utiliza da abordagem qualitativa, tendo sido levantados os dados através de entrevistas semiestruturadas com os representantes políticos do setor de turismo dos municípios, além de instituições que faziam parte dos Conselhos Regionais de Turismo. A técnica de análise de conteúdo foi empregada para subtrair a essência das respostas dadas nas entrevistas após o processo de transcrição (BARDIN, 2004). O tratamento dos dados foi realizado por meio de uma seleção temática, onde foram escolhidas as falas mais significativas sobre o tema abordado.

Para preservar a identidade dos sujeitos, foram atribuídos a eles nomes fictícios de atrativos turísticos destas regiões, porém de forma aleatória sem possibilidade de identificação. A seguir, no Quadro 1 com a síntese dos entrevistados nessa pesquisa.

Quadro 1: Síntese dos entrevistados

MUNICÍPIOS	
POLO SERIDÓ	POLO AGRESTE/TRAIRI
Acari	Coronel Ezequiel
Caicó	Jaçanã
Carnaúbas dos Dantas	Passa e Fica
Cerro Corá	Santa Cruz
Currais Novos	Sítio Novo
Florânia	-
Lagoa Nova	-
Parelhas	-
INSTITUIÇÕES	
SEBRAE* – Currais Novos	SEBRAE – Santa Cruz
Sindicados dos Guias do RN	-
SETUR**	-
Técnico da SETUR	-
Coordenador do PRT 2003 a 2012	-

* Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa.

**Secretaria de Estado do Turismo.

Fonte: SILVA, 2015.

O critério para a seleção desses sujeitos foi a maior frequência em reuniões dos colegiados regionais de turismo, formado por uma comissão composta pelo setor público, privado e organizações não governamentais. Sendo assim, os que obtiveram frequência maior de 50% foram os entrevistados.

Essa pesquisa se justifica em razão do momento emblemático de sua realização, ou seja, dez anos de aplicação do modelo de gestão regionalizada do turismo. Outro fato que torna relevante é a conjuntura atual política, onde há uma maior exigência de transparência no uso e empenho de recursos públicos, especialmente em áreas tão transversais como é o caso do turismo.

Segundo Santos e Rejowski (2013), a temática de políticas públicas, é um dos temas de trabalhos científicos em ascensão pelos estudiosos da área. Sendo assim, há um interesse de pesquisadores em saber como as ações estatais reverberam na atividade turística. Frente ao contexto, essa pesquisa pretende abarcar de forma inicial o viés de estudar o turismo em pequenos municípios, elucidando de certa forma o processo de interiorização da atividade.

Para iniciar a discussão sobre este trabalho é de importância “ímpar” buscando entender como se estabelece as relações entre Mtur e municípios turísticos agrupados nas regiões de turismo. Dessa forma, inicia-se uma discussão com objetivo de obter tal compreensão.

O ministério do turismo e os municípios das regiões turísticas

Em relação ao âmbito federal, as inquietações fundamentais se direcionavam em saber se/como a política de regionalização do turismo conseguiu mudar o cenário e o

funcionamento dos municípios integrados nas regiões turísticas do interior do RN. Já que tal fato rebate diretamente sobre a efetividade da proposta da política do turismo e do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Além disso, como se manifestava a relação Mtur e municípios, visto que se entende que âmbito municipal possui maior proximidade com a realidade da atividade turística (YAZIGI, 2003).

Iniciou-se a investigação perguntando aos entrevistados como o Mtur se apresentava para os membros dos conselhos regionais, e como era a relação com os entes federativos municipais. Os depoimentos coletados destacam que a participação do Ministério é reduzida, e só se apresenta de forma indireta, ou seja, via coordenador do programa. No RN, a coordenadora que permaneceu por um maior período no cargo foi a Carmem Vera de Araújo Lucena, esteve como Coordenadora do PRT entre os anos 2003 e 2012, e em 2015 voltou a exercer o cargo. Por conseguinte, os depoimentos dos entrevistados sobre a relação Mtur – municípios.

A relação com Mtur é o seguinte, só se eu tiver apadrinhado de um deputado, senador para ir lá. [...]. Se eu chegar lá o secretário de turismo do município X, [...] eles não vão nem perceber. (Santana)

Nada (ato falho), mas assim, uma vez no ano eles mandam um questionário, para avaliar os municípios, mas assim, muito ausentes também. (Boqueirão)

O Ministério não está presente, não há um elo de comunicação com o Ministério. (Apertados).

No depoimento de Santana, está explícito que os municípios possuem baixo poder de negociação política e de representação, a não ser quando acompanhados por um representante da Casa Civil Federal, Estadual, ou do Senado, para conseguir ser ouvido no Mtur e assim pleitear recursos. Diante disso, há um sentimento de que, não possuir o apoio político de um deputado ou senador é uma condição desfavorecida, seja para pleitear algum projeto para seus municípios, ou mesmo na busca por assessoria técnica. Tem-se que o intermédio ou o apadrinhamento é uma prática comum. Nos outros dois depoimentos seguintes, de Boqueirão e Apertados, revela-se a relação apenas burocrática que o Mtur desempenha com as representações municipais.

Acerca do funcionamento e a maneira de conseguir recursos advindos do ministério, a concepção dos entrevistados é a seguinte:

Chamamento público (editais) é o que eles fazem, e hoje em dia todo mundo corre de editais do ministério do turismo, se você for perguntar a qualquer prefeito vai escutar isso [...]. (Boqueirão).

[...] o Mtur é uma coisa muito complicada de se lidar, porque a prestação de contas com ele é a “prestação de contas”, já ouvi dizer lá na prefeitura que é a mais difícil de lidar de todos os Ministérios. (Brejuí).

Uma burocracia só. Já tentamos mandar e enviar projetos, mas é tanta coisa (documentos), sabe aquela meta impossível de se alcançar, é as coisas do Ministério de tanta burocracia. (Santuário das Graças)

Segundo os depoimentos, a forma de atuação e aproximação mais comum para com o Mtur e as secretarias municipais de turismo é por meio de editais e/ou chamamentos públicos. Mas ao se referir a esse tipo de relação à burocracia aparece como principal entrave para a concessão de recursos. O mecanismo de prestação de contas e de comprovação de uso dos recursos públicos afasta os prefeitos e secretários do pleito pelos recursos.

Essa rigidez burocrática do Mtur iniciou devido às investigações realizadas em 2011 pelo Ministério Público Federal (MPF) que constatou irregularidades nos contratos e convênios, a saber: desvio de verbas; superfaturamento; ou prestação de serviço inferior ao que fora contratado. A maioria dos recursos foi repassada por meio de emendas parlamentares, e como consequência dessas investigações, as exigências para o estabelecimento de convênios se tornaram mais rígidas e minuciosas.

Para tentar conseguir os recursos ministeriais e superar a burocracia imposta pelo Mtur as prefeituras estão contratando consultorias, a fim de elaborar projetos e submeter aos ministérios, utilizando o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de repasse (SICONV³). Essa tática afasta os gestores municipais (secretários) de turismo da perspectiva de pensar os recursos para a sua área de trabalho, pois eles não participam de forma ativa das decisões e elaborações de projetos. Sendo essa ferramenta de obtenção de recursos disponíveis apenas aos interesses dos prefeitos e das consultorias. Em seguida, têm-se alguns depoimentos sobre o SICONV:

Os prefeitos só querem saber de fazer praça, pavimentação com o dinheiro do Mtur, mas o dinheiro do Mtur é para ser investido na estruturação de atrativos. (Santana)

Não temos acesso, porque essa questão é na prefeitura é o rapaz do projeto, ele que abre edital, ele que tem senha (SICONV), tudo é com ele a gente auxilia quando está solicitando. (Pedra de São Pedro)

O que eu mais escuto é que existe dinheiro demais, precisamos fazer projetos. Agora como fazer esses projetos? Tem que ter o SICONV, eu mesmo não tenho acesso ao sistema. A maioria das prefeituras tem consultorias para fazer esses projetos. (Georparque)

Há uma pessoa na prefeitura que mexe nesse sistema, só ele tem acesso. (Santuário das Graças)

³ Criado pelo Decreto nº 6.170/2007. Onde as regras de funcionamento foram posteriormente detalhadas pela Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008. Consiste em um sistema em que os entes federativos podem solicitar através de projetos e emendas parlamentares recursos da esfera federal, para executar ações nos estados e municípios.

O depoimento de Santana subsidia as afirmações feitas acima, em que o interesse dos prefeitos é utilizar os recursos disponibilizados pelo Mtur para iniciar obras de cunho eleitoreiro, ou que possam dar visibilidade ao mandato. É perceptível que alguns Gestores Municipais estão um tanto indignados sobre a situação, e sabem que o destino dado aos recursos advindos da esfera federal não contribuem de forma efetiva com o turismo, nos seus respectivos municípios.

Diante disso, uma vertente que emerge com os enfrentamentos aqui expostos é que há uma ratificação do poder municipal em afirmar-se incapaz de elaborar projetos para o setor. Assim, como reconhece a fragilidade dos recursos humanos e tecnológicos do serviço público ao contratar consultorias para realizar o trabalho do secretariado municipal.

Além disso, há de forma acentuada uma compreensão que os investimentos do ministério são escassos, e rateados apenas entre os projetos que possuem apoio de deputados e senadores.

Para conceber este cenário foi realizado um levantamento dos convênios estabelecidos entre as prefeituras e o Mtur. O critério estabelecido para iniciar o levantamento foi à constituição das regiões turísticas. A seguir, a Tabela 1, demonstra os repasses feitos para as regiões turísticas do Seridó e Agreste/Trairi.

Tabela 1: Repasse de recursos aos municípios da região Seridó/RN - 2008 a 2014.⁴

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total/M.
Acari	0	268.125	0	287.625	0	477.750	1.033.500
Caicó	0	0	97.500	0	243.750	0	341.250
Carnaúba dos Dantas	117.000	97.500	0	0	0	0	214.500
Cerro Corá	195.000	97.700	497.250	0	302.250	243.750	1.335.950
Currais Novos	321.750	195.000	136.500	175.500	0	2.000.000	2.828.750
Equador	97.500	0	0	0	0	0	97.500
Florânia	0	292.500	312.000	0	0	243.750	848.250
Jardim do Seridó	117.000	126.750	97.500	0	0	0	341.250
Jucurutu	390.000	0	536.250	1.170.000	0	1.487.500	3.583.750
Lagoa Nova	0	97.500	0	0	0	0	97.500
Ouro Branco	117.000	126.750	97.500	0	0	0	341.250
Parelhas	195.000	146.250	624.000	282.750	0	0	1.248.000
Santana do Seridó	243.750	195.000	234.000	0	0	0	672.750
São J. do Sabugi	0	0	0	146.250	487.500	292.500	926.250
Serra Negra do Norte	117.000	0	0	0	0	0	117.000
Tenente L. Cruz	0	0	136.500	0	0	0	136.500
Timbaúba dos	0	97.500	0	1.159.000	0	0	1.256.500

⁴ Em 2014, não houve nenhum contrato de repasse feito do Mtur para os municípios integrados.

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total/M.
Batistas							
Total anual	1.911.000	1.740.575	2.765.000	3.221.125	1.033.500	4.745.250	15.420.450

Fonte: Mtur, 2014. Organização do Autor

Na Tabela 1 acima, verifica-se que há repasses de recursos para os municípios turísticos durante a aplicação do PRT, o que contradiz os depoimentos dos secretários de turismo sobre a atuação do Mtur, no sentido de investir em infraestrutura. A implicação que é perceptível nesses dados são os investimentos que foram feitos, porém sem nenhuma consulta com as secretarias municipais, ou seja, apenas os prefeitos e os demandantes desses projetos detinham conhecimento sobre a origem e como os recursos seriam utilizados. Significando assim, que são obras que por vezes não tem efeito direto ou indireto no setor turístico dessas localidades.

Ainda é notável a concentração de alguns investimentos em determinados municípios, a saber, na região Seridó: Acari, Currais Novos, Jucurutu, Cerro Corá e Parelhas receberam sozinhos cerca 70% dos repasses. Enquanto, outros como Tenente Laurentino, Lagoa Nova e Equador tiveram no período de destaque, poucos repasses, ou seja, ficou a margem desses recursos. Esses movimentos acontecem em grande medida pela forma de alocação dos recursos, que na maioria das vezes, se dá por meio de emendas parlamentares. Dessa maneira, a quantidade de recurso vai depender da articulação dos partidos e suas alianças e ligações com as demais esferas públicas, ou seja, senado e câmara dos deputados. Na sequência, a Tabela 2 com os repasses da região Agreste/Trairi.

Tabela 2: Repasse de recursos aos municípios da Região Agreste/Trairi RN - 2009 a 2014.

ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total/Mu.
Coronel Ezequiel	0	1.170.000	0	0	0	0	1.170.000
Jaçanã	97.500	136.500	0	0	0	0	234.000
Japi	0	0	0	0	0	0	0
Montanhas	268.125	273.000	0	0	0	0	541.125
Monte das Gameleiras	0	97.500	0	0	0	0	97.500
Nova Cruz	741.000	0	0	0	0	0	741.000
Passa e Fica	0	0	0	0	0	0	0,00
Santa Cruz	0	0	0	2.452.750	2.218.750	0	4.671.500
Santo Antônio	136.500	292.500	0	0	0	0	429.000
São Bento do Trairi	0	0	0	0	243.750	0	243.750
São José do Campestre	0	0	0	0	0	0	0
São Paulo do Potengi	292.500	1.462.500	97.500	0	0	0	1.852.500
Serra Caiada [Presidente Juscelino]	214.500	0	0	0	0	0	214.500
Serra de São Bento	0	0	0	0	0	0	0
Sítio Novo	195.000	390.000	0	0	0	0	585.000
Tangará	0	97.500	0	0	780.000	292.500	1.170.000

ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total/Mu.
Total anual	1.945.125	3.919.500	97.500	2.452.750	3.242.500	292.500	11.948.875

Fonte: Mtur. Organização do autor.

A região Agreste/Trairi tem um cenário distinto do Seridó, além dos investimentos serem mais escassos, há uma concentração ainda maior de recursos alocados. Nesse caso, apenas o município de Santa Cruz detém aproximadamente 40% dos recursos, seguido por São Paulo do Potengi, Coronel Ezequiel e Tangará. Em contrapartida, nessa mesma região, há municípios sem nenhum investimento, como é o caso de Japi, São José do Campestre, Serra de São Bento, e Passa e Fica.

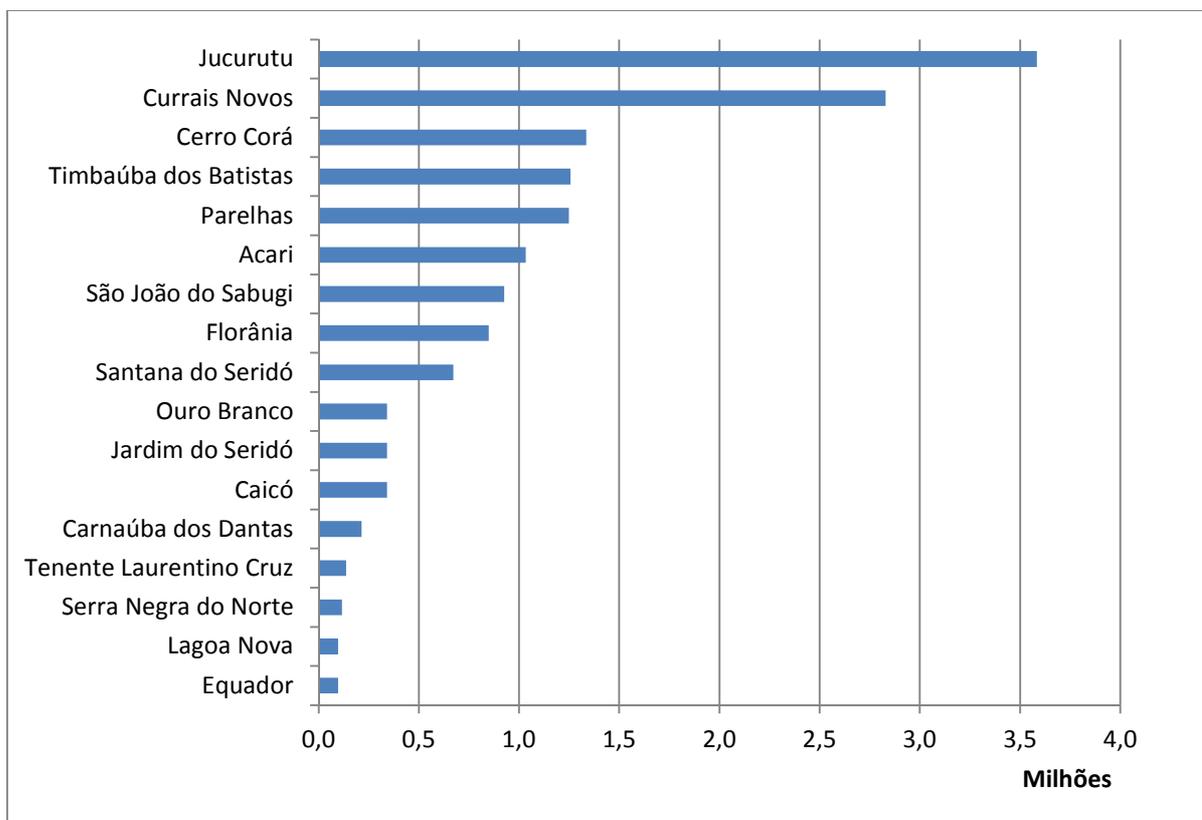
Em resumo, a atuação ministerial em ambas as regiões é incipiente. Além disso, esse tipo de mecanismo de repasse de verba (convênios, por meio de emenda parlamentar) assevera ainda mais, a condição de competidores dentro das regiões turísticas, pois não é pelos projetos ou trabalho, e sim, pelas alianças políticas, força econômica e colégio eleitoral, que é decidido para onde os recursos serão destinados. Essa afirmação tem fundamento quando se observa onde foi alocado o menor volume de recursos, ou seja, justamente nos municípios com menor população, e com economia pouco diversificada, onde a importância da aliança política é menor.

Em alguns casos nenhum recurso é alocado para os pequenos municípios participantes das regiões turísticas. Além disso, em ambas as Tabelas (1 e 2), há um revezamento no recebimento de recursos.

Sendo assim, não houve contribuição do PRT no incentivo ao planejamento integrado e a gestão da região de forma participativa. Pode-se apreciar, com o levantamento dos dados, que as alocações dos recursos são feitas de forma pontual, e sem perspectiva integrada com os demais municípios. Além disso, há o aspecto da centralização de recursos, que será explorado a seguir com os gráficos 1 e 2, que levam em consideração os repasses feitos desde a criação das regiões turísticas do Seridó e Agreste/Trairi.

Además, esse aspecto de centralidade é um fato que causa bastante desconforto na condução dos trabalhos nos conselhos e na política de turismo, uma vez que causam conflitos entre os membros que participam do conselho. Já que os municípios que nunca tiveram representação, ou se mostraram interessados em discutir as questões do turismo regional nos conselhos, ainda assim, recebem recursos da esfera federal. Observa-se esse fato a seguir.

Gráfico 1: Investimentos do Mtur, por município da Região Seridó (2008 - 2014).



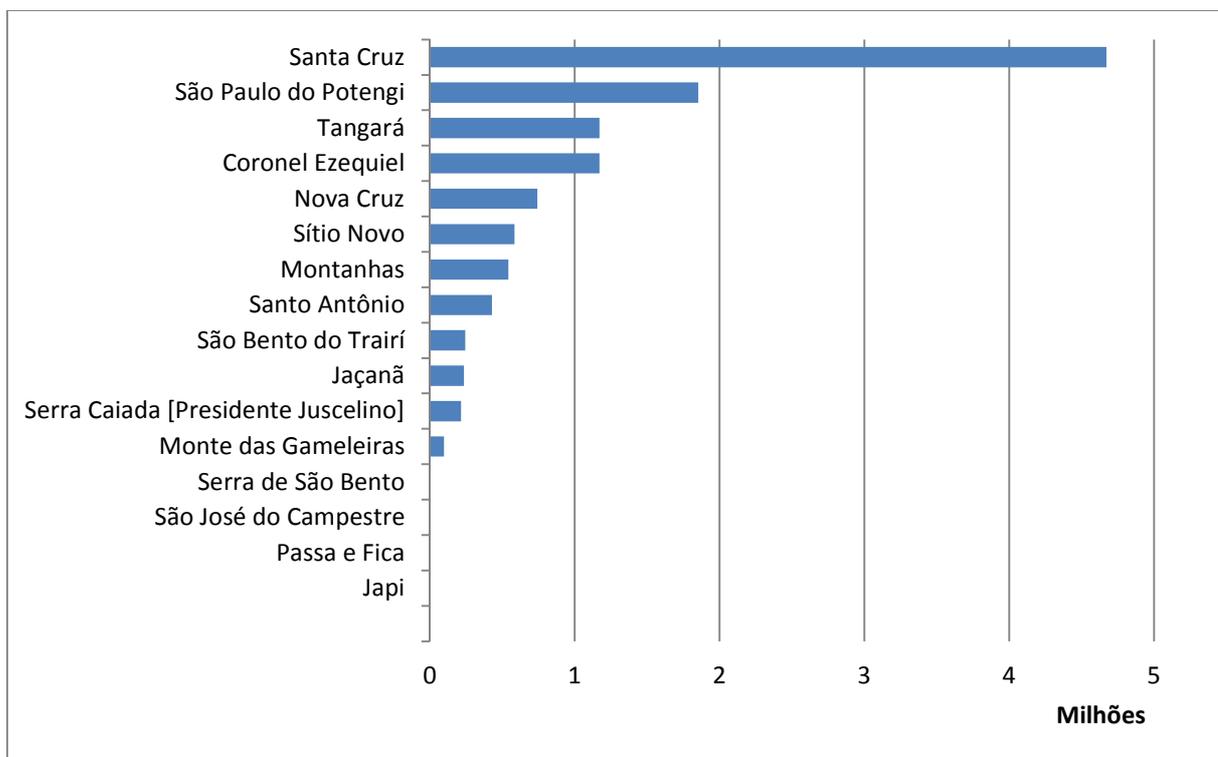
Fonte: Mtur, Portal da Transparência, 2014. Organização do autor.

No Gráfico 1, fica evidente a distribuição dos recursos por município, e Jucurutu é o caso mais conflitante desse levantamento, uma vez que, este desde a criação da região turística recebe mais investimentos, chegando a acumular a 3,5 milhões de reais em 6 anos. É necessário destacar que Jucurutu participou apenas de uma reunião em 2010, bem como seus indicadores econômicos e mercado de turismo não apontam aspectos relevantes para se investir nesse município em especial (SILVA, 2015).

No decorrer dessa explanação, assevera-se que o foco não é só para os investimentos, mas também, para elucidar que um requisito para receber os recursos do Mtur, são os vínculos políticos e partidários, sendo que o próprio ministério não consegue atuar em harmonia com seus próprios preceitos (política de turismo). Já que, regionalizar é um artifício de planejamento e ação adotada pelo órgão, mas que na prática não é assim que foi constatado, pois os investimentos são centralizados.

Na região AT, também se verifica esse tipo de distorção, a seguir tem-se Gráfico 2 que demonstra os investimentos do Mtur na referida região.

Gráfico 2: Investimentos do Mtur, por município da Região Agreste/Trairi (2009 - 2014).



Fonte: Mtur, Portal da Transparência pública, 2014. Organização do autor.

No gráfico acima, a centralização de investimento é mais uma vez constatada. São Paulo do Potengi também teve o segundo maior investimento desde a criação da região de turismo, seguido de Tangará que também não participaram de forma efetiva do conselho de turismo organizado pelo PRT. Isso reforça ainda mais, a disparidade prática da atuação do Mtur nas regiões.

Alocação e forma (uso) de utilização dos recursos públicos

Para elucidar esta dinâmica dos recursos federais nas regiões turísticas do interior potiguar, foram selecionados todos os convênios do Mtur, para os municípios das regiões turísticas do Seridó e Agreste/Trairi.

O intuito era identificar como foram destinados os recursos, e como foram utilizados. Por conseguinte, os gráficos a seguir detalham esta situação, para as discussões posteriores. Assevera-se que, os dados a seguir são de todos os repasses, desde a criação do Mtur, embora a maior parte dos referidos recursos tenham sido repassados após o ano de 2005.

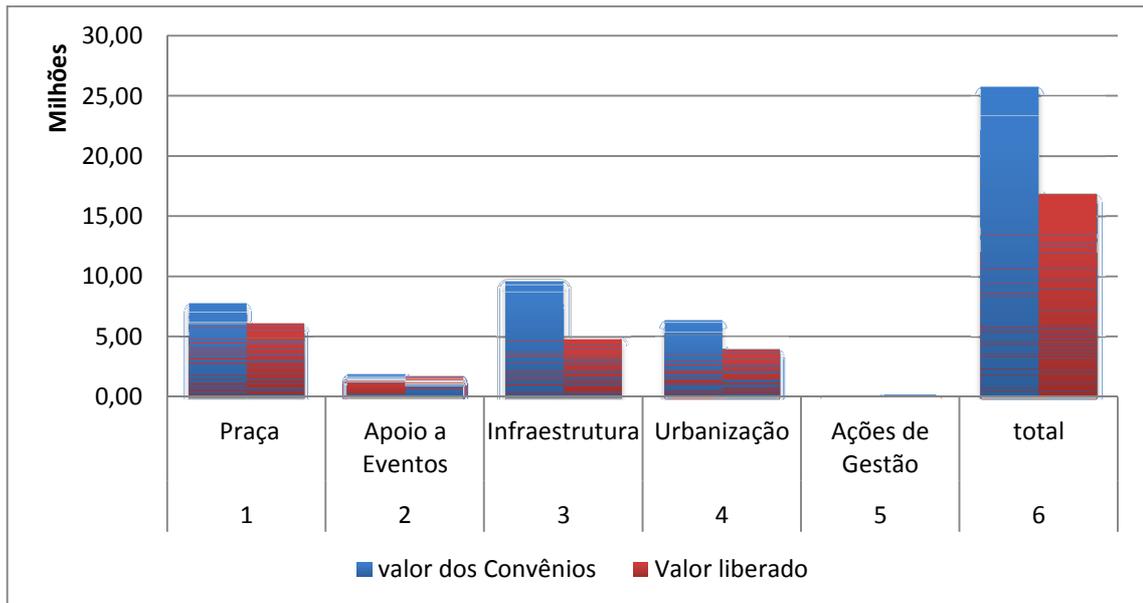
As informações sobre os investimentos públicos foram separadas em cinco categorias para compreender melhor a distribuição, bem como a forma de aplicação (uso) pelos municípios, pois esse é um dos questionamentos deste trabalho. As categorias foram:

- 1 - Construção de praças públicas;**
- 2 - Apoio a eventos;**
- 3 - Infraestrutura (ginásios, centro esportivos e culturais);**

- 4 - Urbanização (urbanização de vias, construção de pórticos, canteiros de ruas);
- 5 - Ações de gestão (apoio a projetos de desenvolvimento do turismo e mecanismos de gestão).

Ainda houve uma divisão sobre o recurso liberado e os valores conveniados. Na sequência, é possível observar os gráficos 3 e 4 que representam essa distribuição.

Gráfico 3: Distribuição por categoria de aplicação (uso) Região do Seridó, 2003 – 2014.

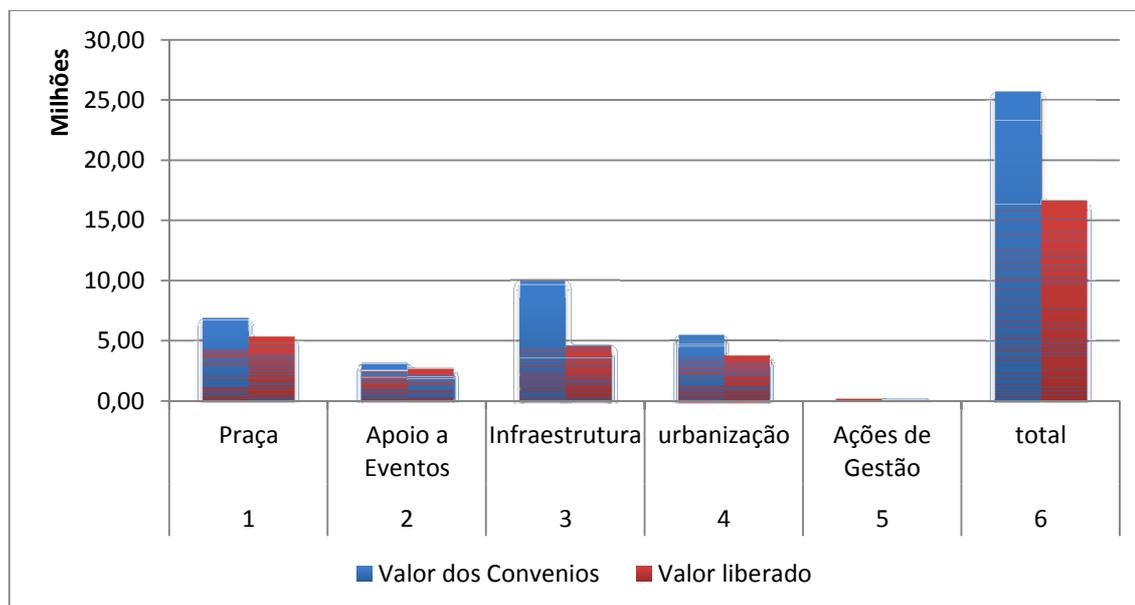


Fonte: Mtur, Portal da Transparência pública, 2003 – 2014. Organização do Autor

Na região Seridó, as categorias Praças Públicas e Infraestrutura são responsáveis por cerca de 18 milhões de investimentos liberados; a Urbanização vem logo em seguida, em ordem de representatividade; a categoria Eventos abarcou cerca de 2 milhões. Por fim, as Ações de Gestão tiveram o menor quantitativo de investimento, com 0,14 milhões em investimento.

Em face disso, pode-se considerar que cerca de 70% dos investimentos do Mtur nos municípios turísticos do Seridó, são destinados a obras de infraestrutura, com destaque para a construção de praças públicas, e reforma urbana. Obras estas, que por muitas vezes estão totalmente desconectadas de atrativos turísticos, ou até mesmo, da própria população, pois acabam servindo apenas de embelezamento urbano, ou propaganda eleitoral a fim de demonstrar o trabalho do gestor municipal.

Gráfico 4: Distribuição por categoria de aplicação (uso) Região Agreste/Trairi, 2003 – 2014.



Fonte: Mtur, Portal da Transparência, 2003 – 2014. Organização do Autor.

Na região AT, como indicado pelo o Gráfico 4, a categoria Infraestrutura teve maior investimento, seguido do item Praça Pública e Urbanização. O uso não foi diferente da região Seridó e os valores foram aproximados. Entretanto, a única distinção está na distribuição dos recursos, como já ilustrado, no Gráfico 2, estes tiveram uma maior concentração em Santa Cruz, Coronel Ezequiel e São Paulo do Potengi.

Em síntese, em ambas as regiões turísticas do interior potiguar os investimentos advindos da esfera federal são utilizados para prover infraestrutura e a construção de praças públicas, que em grande medida é feito em benefício da administração pública, com no intuito de ganhar visibilidade. Além disso, não foi encontrado nenhum projeto de intervenção conjunta entre municípios, que compartilhem semelhanças de atrativos, ou que queiram desenvolver alguma potencialidade de forma cooperada. Dessa forma, é eminente o fato que há mau uso dos recursos federais destinados ao turismo.

Um aspecto interessante é observar que de todos esses investimentos, os secretários de turismo municipais só tinham conhecimento sobre os repasses para eventos, já que as competências desses indivíduos acabam se limitando a execução de eventos, atividade que também se relaciona com o turismo, mas de forma pontual e limitada.

Considerações finais

De maneira geral, este estudo expressou de forma clara a atuação descoordenada dos investimentos públicos advindos do Mtur nos municípios integrados nas regiões turísticas. Além disso, pode revelar o amadorismo enraizado na gestão pública quando se trata de implementação do turismo, onde praticamente todo o investimento foi direcionado para a construção de praças públicas e obras de embelezamento urbano.

É evidente que é necessário designar a prioridade de uso de recursos advindos das políticas e destacar a estruturação dos atrativos turísticos de cada localidade para se investir. Foi gasto uma quantia considerável em obras, deslocadas de sentido ou de estratégia para se fomentar o turismo.

Assevera-se a partir dos resultados dessa pesquisa que os vínculos partidários e o jogo político apresentam-se como requisito essencial para a aprovação e alocação de recursos, que utilizam o sistema de convênios do Mtur. Ressalta-se ainda que nos últimos anos a única forma de atuação perante os municípios do interior do Estado do Rio Grande do Norte, foi através de emendas parlamentares, sendo que tais investimentos não desempenham o papel necessário de interiorizar o setor, em grande medida devido à centralidade de investimentos, e a incipiência de ações colaborativas entre os municípios integrados nas regiões turísticas.

Por fim, mesmo em meio ao Programa de Regionalização do Turismo onde se prevê o estímulo a valores de trabalho cooperado, ações estratégicas em conjunto, nenhuma ação dessa natureza foi identificada no levantamento. A situação fica grave quando se constata que os profissionais que estão afrente das secretarias municipais não possuem competência, no que se refere a desenvolver o turismo enquanto atividade econômica e social e nem conhecimento dos investimentos advindos do Mtur.

Outro fato relevante é que o próprio Mtur precisar criar critérios de destinação de recurso para além de emenda parlamentar, buscando fomentar o setor de elaboração de projetos turísticos e capacitação de recursos humanos na esfera municipal.

Em resumo, essa pesquisa pretende incentivar o monitorando desses investimentos públicos, seus usos e aplicações nos diferentes municípios Estados e regiões turísticas no Brasil, no intuito de promover a responsabilidade com recursos públicos e profissionalismo para o turismo brasileiro.

Referências

BARDIN, L; (2004). *Análise de Conteúdo*. Tradutor L'analyse de Contenu. Lisboa. Edições 70.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (2005) Epistemologia da análise do discurso no turismo. *Caderno Virtual de Turismo*. V5. Nº2.

Mapa da Regionalização do Turismo 2009. (2009). Brasília. http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Mapa_2009.pdf. Recuperado em 01 de maio de 2015.

Mapa da Regionalização do Turismo 2013 (2013). Brasília. http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/mapa_da_regionalizacao_novo_2013.pdf. Recuperado em 10 de maio de 2015.

Plano Nacional de Turismo 2003-2007 (2003). Brasília. http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. Recuperado em 01 de maio de 2015.

Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (2007). Brasília. http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf. Recuperado em 15 de fevereiro de 2015.

Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016 (2013). Brasília. http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf. Recuperado em 12 de maio de 2015.

Portal da Transparência. [Bases de Dados] (2005 – 2014). Convênios. <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/>. Recuperado em 10 de dezembro de 2014.

SANTOS, G. E. de O.; REJOWSKI, M. (2013) Comunicação científica em turismo no Brasil: Análises descritivas de periódicos nacionais entre 1990 e 2012. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 7(1), pp. 149-167, jan./abr.

SILVA, R. C. da (2015). *Política de regionalização de turismo no interior potiguar: articulação, entaves e efetividade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

YÁZIGI, E. A.(2003). *Turismo uma esperança condicional*. São Paulo: Global Universitária.